

ENTREVISTA

NACIONALISMO, EMPRESARIADO E O GOLPE DE ESTADO DE 1964

Fernando Gasparian

*Entrevista a Maria Aparecida de Paula Rago**

Nos anos que antecederam o golpe de Estado de 1964 e o longo período de ditadura militar, o Brasil viveu um intenso debate entre os nacionalistas e os chamados *entreguistas*, que envolveu amplos setores da sociedade brasileira.

No segmento empresarial nacionalista destacou-se Fernando Gasparian, nascido em 1930 em São Paulo, e um dos empresários mais articulados naquele momento. Participou do Conselho Nacional de Economia até 1967, órgão “incumbido de estudar a vida econômica do país” e “opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, sugerindo para isso medidas que julgar necessárias”. Gasparian encontra-se hoje ligado ao mundo dos livros como diretor da editora Paz e Terra, responsável por um leque de publicações críticas que são referência para nossa *intelligentsia* e para o movimento editorial brasileiro.

Engenheiro de formação, iniciou sua vida política no movimento estudantil, como presidente do centro acadêmico do curso de engenharia e, depois, como presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, eleito em 1952 e destacando-se por suas posições progressistas e nacionalistas. No ano seguinte, tornou-se um jovem empresário ao assumir funções nas empresas da família, tradicionalmente ligadas ao setor têxtil, cuja diversificação incentivou. Sua liderança empresarial foi construída a partir de sua atuação no Sindicato Têxtil de São Paulo – então o maior sindicato patronal do Brasil –, na diretoria da Fiesp e, também, na presidência da Confederação Nacional da Indústria em 1961, onde atuou na defesa dos interesses nacionais durante a intensa crise econômica dos anos 60, decisiva para os rumos da modernização excludente e para a internacionalização da economia brasileira.

A defesa de uma tradição democrático-nacionalista gerou dificuldades para as empresas do grupo e o obrigou a um auto-exílio na Inglaterra após o golpe militar de 1964. Em sua volta ao Brasil, para dar continuidade à defesa de suas convicções, fundou o jornal

Opinião (1972-1978), trincheira de idéias plurais que contribuiu para a intensificação da luta pelo fim da ditadura militar. Inspirado no semanário inglês *Guardian Weekly*, o jornal *Opinião* apresentava um projeto editorial moderno, com um formato mais analítico do que opinativo, onde se expressavam as diferentes posições dos intelectuais que nele colaboravam. Suas páginas acolheram análises dos temas mais polêmicos do período, escritas por colaboradores como Antonio Candido, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luciano Martins, Maria Conceição Tavares, entre tantos outros.

Nossa entrevista, realizada em dois encontros (em 7 de janeiro e em 19 de setembro de 2004), procurou resgatar a atuação do empresariado durante o governo Goulart e nos momentos que antecederam o golpe militar. Sua vivência e conhecimentos sobre o período em questão contribuem para a recuperação da história vivida por uma categoria social, pouco explorada por nossa historiografia.

* * *

Maria Aparecida – Agradeço sua atenção e disposição de nos contar sobre sua trajetória, que não se separa da atuação política do empresário nacionalista José Ermírio de Moraes – uma ligação não só política, mas de fecunda amizade. Vamos nos situar no período decisivo, que antecede ao golpe de 1964. Nas eleições de 1960, qual foi sua posição? Os grupos empresariais apoiaram Jânio Quadros?

Fernando Gasparian – Eu me lembro que o Dr. José Ermírio apoiou o Jânio, mas, depois de ele assumir determinadas posições, retirou esse apoio. Mas ninguém sabia no que iriam dar as posições do Jânio. Eu, quando era presidente da UEE em São Paulo, dei algumas entrevistas a seu favor, por ocasião de sua candidatura à prefeitura de São Paulo. O discurso de Quadros para o movimento estudantil era pautado na defesa de posições nacionalistas, sendo que, quando ele esteve no Congresso da UEE, defendeu a Petrobrás. Todos os partidos, com exceção do PDC, apoiavam Francisco Cardoso, professor da Faculdade de Higiene da USP –; até mesmo o Adhemar. Mas o Jânio Quadros ganhou somente com o apoio do pequeno jornal *A Hora*. No entanto, eleito prefeito em 1952, abandonou suas posições nacionalistas e populares, deixando-se envolver pelos grupos mais retrógrados que lutavam contra a crescente participação do Estado na economia, resultado da política desenvolvida nos anos Vargas. Em uma conferência na Fiesp, logo após sua vitória, apontou o Estado como mau patrão e mau administrador. Os jornais de direita, em ampla campanha para destruir o monopólio estatal da Petrobrás, utilizaram essa sua fala

para engrossar suas críticas. Naquele momento, fazer críticas à Petrobrás era fácil, pois ela estava se constituindo e em seus oito anos de atividades não havia apresentado, ainda, grandes resultados.

MA – Mas, então, na eleição de 1960 o senhor apoiou o general Lott...

FG – Em 1960 eu votei no Lott contra as posições entreguistas de Jânio Quadros. O general Lott era um conservador, mas era um nacionalista. Seu pronunciamento “a Petrobrás é intocável”, acabou contribuindo para esvaziar a campanha dirigida contra o Estado na economia.

MA – Sua atuação na vida pública e política começou cedo, em um dos momentos mais significativos da história brasileira. Em 1961, o senhor foi indicado para um cargo de confiança na Companhia Paulista pelo governador Carvalho Pinto. Qual a importância desse fato?

FG – Nesse tempo, foi muito importante trabalhar na Paulista, pois permitiu-me conviver diariamente com o Dr. José Ermírio de Moraes, que era seu presidente. Essa empresa privada tradicional mantinha um patamar de modernidade que acompanhava o padrão internacional de estradas de ferro. No entanto, no pós 30, tendo em vista a crise, não se reequipou de forma adequada nem fez os ajustes necessários para se manter como uma empresa rentável. O resultado dessa situação colocou a Companhia sem condições de pagar aumentos salariais exigidos pelos trabalhadores. O governador Carvalho Pinto considerou então a compra da Companhia Paulista de Estrada de Ferro mais conveniente do que simplesmente subsidiá-la. Para a presidência da companhia, convidou o Dr. José Ermírio de Moraes, que se encontrava afastado da direção de suas empresas em função de acontecimentos recentes. O Dr. José Ermírio de Moraes havia sido convidado pelo então presidente Jânio Quadros para assumir a embaixada da Alemanha. Mas, por uma dessas motivações políticas menores e como reflexo da falta de apoio de Quadros no Congresso, o Senado rejeitou a sua indicação. Eu já fazia parte das lideranças empresariais paulistas. Ou seja, o governador Carvalho Pinto aproveitou a disponibilidade do Dr. Jose Ermírio, e a minha experiência como empresário, para administrar uma empresa estatal, apostando que com isso a Companhia Paulista alcançasse a eficiência de uma empresa privada. No período que ficamos à frente da Companhia, ela passou por uma série de reformulações e conseguiu pagar os aumentos salariais sem ser subsidiada pelo governo. A idéia de me convidar partiu do Plínio de Arruda Sampaio, naquele momento, subchefe da Casa Civil do Carvalho Pinto.

MA – O senhor foi também cogitado para ser ministro do governo João Goulart?

FG – Sim, para o Ministério da Indústria e do Comércio, ainda no curto período do parlamentarismo. Mas não fiquei. O que aconteceu foi o seguinte: o Tancredo Neves era

primeiro-ministro e, em junho de 1962, ele precisou se desincompatibilizar, atendendo a legislação eleitoral da época, para se candidatar novamente ao cargo de deputado. O nome do deputado San Tiago Dantas foi escolhido porque aceitou não se candidatar nas próximas eleições. Ele, inclusive, escolheu com o Jango os nomes de seu ministério e era sua intenção me colocar como ministro da Indústria e do Comércio. Mas o seu nome não foi aprovado pela Câmara. Então, Goulart convidou o senador Auro de Moura Andrade, que tinha ainda quatro anos de mandato, acertando com ele a indicação do meu nome, a do almirante Pedro Paulo Suzano e de alguns outros mais como ministros. O senador Auro de Moura Andrade foi aprovado, mas o Jango, antes de indicá-lo ao Congresso, pediu-lhe uma carta em que ele [Auro] renunciava a sua condição de primeiro-ministro, como garantia para o caso de os acordos acertados não serem realizados. Essa carta ficou com o líder do PTB na Câmara, deputado Almino Affonso, que a leu no Plenário a pedido de Jango, quando perceberam que o senador Moura Andrade afastou-se dos acordos firmados anteriormente. O senador Auro ficou sabendo que ele havia renunciado e o nome acertado posteriormente foi o do Brochado da Rocha. Nessa ocasião, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez um artigo de fundo contra mim, onde afirmava que eu não tinha condições de representar São Paulo no Ministério. Consultado, o governador Carvalho Pinto afirmou que via com bons olhos a indicação de uma pessoa que havia trabalhado em seu governo para ocupar um cargo dessa importância. Mas, mesmo assim, achei melhor não aceitar a indicação.

MA – A que se devem suas idéias nacionalistas? Havia algum movimento nesse sentido?

FG – O ponto de partida desse clima nacionalista foi a questão do petróleo. Mas, inicialmente, não existia nada tão organizado. Eu acompanhava o posicionamento de alguns cidadãos como, por exemplo, o Mattos Pimenta, o Plínio Catanhede (que criou o lema “O Petróleo é nosso”), responsáveis pela Campanha do monopólio estatal do petróleo e que defendiam essas idéias no *Jornal de Debates*, fundado por eles.

MA – Mas havia, também, a ala nacionalista do Exército...

FG – Também, também! Eram eles que polemizavam, faziam pronunciamentos e debates. Na realidade, era o resultado da forte influência das idéias positivistas no Exército. No início, o Partido Comunista tinha uma posição dúbia em relação à exploração do petróleo, mas, posteriormente, juntou-se aos nacionalistas que defendiam a sua exploração através do monopólio estatal, contrapondo-se aos entreguistas. O [João Neves da] Fontoura, que foi ministro das Relações Exteriores, e outros, que eram ligados às companhias estrangeiras, apoiavam o projeto de Odilon Braga, o estatuto do Petróleo apresentado em 1948 e que deixava o capital estrangeiro com liberdade para entrar na área do petróleo. A partir da reação e das críticas a esse projeto foram realizadas conferências e encontros.

MA – *Podemos afirmar, então, que a campanha do monopólio estatal do petróleo foi o que despertou sua vocação nacionalista?*

FG – Sim. O clima daquele período me encaminhou para os debates sobre as posições nacionalistas quanto ao petróleo. Passei a frequentar esses encontros, em que apareciam militares como Estilac Leal, Tácito de Freitas, Felicíssimo Cardoso (tio do Fernando Henrique) e o seu próprio pai, general Leônidas Cardoso que, posteriormente, veio a ser eleito deputado federal pelo PTB em São Paulo.

Outro dado importante para minha formação foi a minha participação no movimento político estudantil durante o curso de engenharia. Eu fui presidente do centro acadêmico e depois presidente da UEE de São Paulo, em 1952. E, em torno de 1948 e 1950, todos nós éramos nacionalistas! Achávamos que o Estado deveria intervir na condução da economia do país e até se tornar empresário, no caso da energia hidroelétrica e do petróleo. O Rogê Ferreira, presidente da UEE naquele momento, foi um dos líderes dessa campanha, um dos primeiros a se engajar no movimento. O movimento estudantil, os militares, os operários e os sindicatos, todos foram a favor do monopólio estatal do petróleo.

MA – *Na sua opinião, é possível afirmar que havia um projeto nacionalista por parte de alguns empresários no pré-64?*

FG – Não havia um projeto, havia posições individuais. Não existia um grupo organizado, uma articulação clara. As pessoas queriam teorizar a existência de uma burguesia nacional, mas não havia. Organizada, não havia mesmo. Éramos indivíduos isolados que pensavam a indústria nacional, a economia nacional... Nunca chegou a haver uma reunião nacionalista. De vez em quando, alguém se pronunciava sobre alguns temas que continham conteúdo nacionalista. O Dr. José Ermírio era um nacionalista. Ele chegou a declarar, em uma entrevista para a revista *Manchete*, que preferia quebrar a se aliar ao capital estrangeiro. Isso foi, se não me engano, um pouco antes do golpe, quando ele era ministro da Agricultura do governo de Jango Goulart.

MA – *Quem mais, além do senhor e do José Ermírio de Moraes, poderia ser caracterizado como nacionalista?*

FG – O Ramiz Gattás, o Funaro e outros mais. Mas, na Fiesp, havia setores que defendiam os interesses do capital associado e não pareciam estar preocupados com esses problemas. O mais grave de todo este período, principalmente depois de 1964, é que eles aceitaram a liderança do sistema financeiro internacional, do mesmo modo como no passado alguns segmentos aceitaram a liderança política do setor rural.

MA – *No Sindicato de Máquinas, setor que estava ascendendo naquele momento, havia algum representante da indústria brasileira?*

FG – Tinha o Jorge de Resende, criador da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Indústrias de Base. Era o dono das Máquinas Piratininga, cujo presidente era o Einar Kok. O Jorge de Resende não era nacionalista, mas era honesto e favorável à industrialização. Chegou a ser nosso candidato na Fiesp. Os nossos companheiros preferiam o Jorge de Resende, que não tinha nenhuma ideologia, ao Antonio Devisate.

MA – *O setor mais forte da burguesia, com projeção nacional, era o paulista. Vocês, industriais nacionalistas, articulavam-se com outros estados, com outras representações ou associações de classe?*

FG – Não. O pessoal conversava com os outros estados tendo em vista a Fiesp, alguma lei ou algum imposto. Não havia essa articulação, como se imagina.

MA – *Mas a Ciesp, na década de 60, ou melhor, em fins dos anos 50, já apresentava mudanças em sua composição. A presença de empresários e gerentes de firmas estrangeiras era bastante significativa e a participação desse setor cerceava ou provocava um certo afastamento dos grupos mais nacionalistas. Um bom exemplo disso é o senador José Ermírio de Moraes, reconhecido como líder nacionalista entre seus pares. Durante minha pesquisa de doutorado, constatei que ele não tinha uma efetiva atuação na entidade, apesar de ter participado da fundação da Ciesp em 1928 e pertencido à primeira geração dos empresários paulistas. Ante as condições adversas daquele período, procurou implementar sua “opção nacionalista” através de uma participação mais direta na política, candidatando-se à senaduria, não sem antes preparar seus filhos para assumirem o grupo Votorantim.*

FG – Você está correta. Quem ia para Fiesp era o José Ermírio Filho. Ele foi vice-presidente. Aliás, era quem, comigo, representava o Sindicato Têxtil na Fiesp. Com relação às mudanças na composição da Fiesp, nós tentamos alterar esse quadro nas eleições de 1962; o pessoal mais nacionalista procurou montar uma chapa mais favorável à indústria nacional. Nós indicamos o José Ermírio de Moraes Filho para a presidência para renovar a diretoria da Fiesp, presidida pelo Antonio Devisate desde 1952. Mas o resultado desse processo foi a composição de uma chapa de conciliação, em que o Raphael Noschese foi indicado para presidência e o José Ermírio Filho, para vice. Como um dos diretores foi eleito João Vilella de Andrade Junior.

MA – *Nos anos que antecederam o golpe, ainda que o empresariado aliado ao capital estrangeiro fosse preponderante, podemos afirmar a existência de individualidades com tendência mais nacionalista que buscavam resguardar uma fatia da economia para o capital nacional. Como o senhor sintetizaria a relação do empresariado com o capital estrangeiro?*

FG – O caso da Kurachique serve como um bom exemplo para demonstrar o comprometimento de setores do empresariado e do governo com o capital estrangeiro. Isso acon-

teceu em 1961. Essa empresa têxtil, de capital japonês, conseguiu por meio da política – e acho que também por corrupção – que a Confederação Nacional da Indústria desse um parecer favorável à sua instalação no Rio Grande do Sul, utilizando-se dos favores concedidos pela Instrução 113 da Sumoc. No entanto, essas vantagens só eram liberadas para empresas estrangeiras onde houvesse carência na produção nacional; o que não se aplicava ao setor têxtil, pois éramos auto-suficientes no mercado interno. O mecanismo era o seguinte: a Confederação ouvia a Fiesp, esta ouvia o nosso Sindicato, que dava ou não o parecer favorável e, na seqüência, o governo, através da Cacex, liberava a licença de importação. Quando nós vimos que essa empresa estrangeira ia se instalar, fizemos um movimento para embargá-la. Até empresas estrangeiras aqui de São Paulo estavam contra, pois havia produção de fio de lã suficiente para nosso mercado. Consegui levantar recursos em todas as indústrias têxteis para fazer anúncios nos jornais e uma campanha contra o presidente da Confederação da Indústria e de outros órgãos que contribuíram para aquela decisão errada. Isso ocorreu no início de 1961, simultaneamente à posse do Jânio Quadros. Aproveitei a ocasião e mandei-lhe um telegrama explicando e pedindo a ele que suspendesse a licença de instalação daquela empresa. Foi a primeira decisão de Quadros como presidente da República. Ele, então, pediu que nós, do sindicato têxtil, fôssemos a Brasília conversar com ele. Nós fomos. No final de nosso encontro, o Jânio disse: “E agora, suspendi a licença de importação da Kurachique e quem é que vai dar emprego no Rio Grande do Sul? O governador Brizola ficou inconformado com o resultado dessa decisão que inviabilizará muitos empregos em seu estado”. Eu respondi: “Se o senhor der as mesmas condições ofertadas ao capital estrangeiro para o pessoal de São Paulo, do Rio de Janeiro, e para os próprios gaúchos, mais uma fábrica se instalará no Rio Grande do Sul”.

MA – E continuando, os nacionalistas eram contrários à participação do capital estrangeiro em nossa economia?

FG – Bem, eram contrárias ao capital estrangeiro da forma como funcionava no Brasil, com a Sumoc 113, com privilégios, com o dinheiro do BNDE, como ainda está sendo feito. Permita-me uma denúncia. Trabalhei na Constituinte junto com o Severo Gomes sobre esta questão. O governo FHC fez muito mal em tirar essa legislação específica da Constituição de 1988, que proibia ao BNDE emprestar dinheiro para firmas estrangeiras. Foi a primeira mudança que fizeram. Foi um absurdo!

MA – Para esse grupo nacionalista, a presença do Estado na economia era importante? Se verdadeira esta questão, em que setores?

FG – Vou dar um exemplo: eu fui à reunião plenária de todas as federações de indústrias dos estados brasileiros, realizada em Recife, no ano de 1952. Eu integrei a delegação

da Fiesp, representando a indústria paulista através do Sindicato Têxtil de São Paulo. Nessa ocasião, todos nós, empresários, em especial a delegação de Minas Gerais, fomos favoráveis à intervenção do Estado na economia, principalmente na área do petróleo.

MA – E como o senhor entende esse Estado: como um Estado empresário, isto é, um Estado que favorece o desenvolvimento do capital privado, das empresas, da infra-estrutura, do setor de serviços e que freasse a atuação do capital estrangeiro?

FG – Eu sou favorável ao Estado empresário. Tome como exemplo a Petrobrás. Quem poderia fazer a Petrobrás? É claro, só o Estado. Aliás, o importante da criação da Petrobrás é que se não a fizéssemos, nunca iríamos produzir petróleo. Iríamos ficar comprando de países que nos vendessem mais barato.

MA – O nacionalismo, então, ambiciona reforçar suas posições no Estado?

FG – Sem dúvida. Num país subdesenvolvido como o Brasil, o Estado tem que ter papel decisivo.

MA – Retomando sua atuação nos anos 60. O senhor era referência no meio empresarial e no governo Goulart?

FG – Sim. Isso foi uma coisa interessante. Naquela época, eu era um industrial identificado pelas minhas posições nacionalistas e progressistas. Para as pessoas da Fiesp, essa era minha imagem. Estava à frente do Sindicato Têxtil de São Paulo, o maior sindicato patronal brasileiro, era diretor da Fiesp e fui convidado para dirigir a Confederação Nacional da Indústria.

MA – Isso em que ano?

FG – Foi em 1961, ano que fui presidente da Confederação Nacional da Indústria, indicado como interventor pelo deputado e ministro do Trabalho Franco Montoro. Com a renúncia do Jânio Quadros, os antigos interventores se demitiram e fui nomeado como o novo interventor para o cargo, até as eleições seguintes, que se realizaram em três meses.

MA – Qual a importância da CNI, como órgão nacional, naquele momento?

FG – Não tinha importância. Foi importante na época em que o Roberto Simonsen era presidente e possuía uma grande influência no governo de Getúlio Vargas. No entanto, quando eu estava na presidência da Confederação Nacional da Indústria, em 1961, aconteceu um fato importante: fui convidado para uma reunião da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Nesse encontro, pensaram em fundar uma organização da defesa da “livre iniciativa” que, no final, resultou no Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

MA – O senhor lembra-se das pessoas que estavam presentes?

FG – Estavam presentes alguns empresários, entre eles o José Luis Moreira de Souza e o seu primo, José Carvalho, da Ducal, o Jorge Bhering de Matos, o José Luís Magalhães Lins, que foi quem me convidou. O Lins era muito influente na política do Rio de Janeiro,

dirigia o Banco Nacional no Rio de Janeiro e era sobrinho do Magalhães Pinto. Lembro-me da presença do Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e a do Antonio Galotti, da Light. Ambos estavam sentados perto do Alexandre Kafka – nomeado posteriormente pelos militares para diretor do FMI, pelo Brasil, onde ficou de 1966 até 1998 –, e criticavam o Carvalho Pinto. No fundo, foi esse grupinho que fundou o Ipes juntamente com o Haroldo Polland, o Gilberto Hubert, que imprimia as Listas Telefônicas. Eram contrários às posições nacionalistas e à intervenção do Estado na economia. Evidentemente, não participei de nenhum outro encontro desse grupo, pois nunca compactuei com essas idéias.

MA – Após o golpe militar, houve também a articulação dos empresários. O senhor foi convidado para algum desses encontros?

FG – Sim, essa é uma outra história, posterior a 1964. Convidaram-me para uma reunião no escritório do poeta Augusto Frederico Schmidt, que influenciou muito o Juscelino Kubitschek. A situação era a seguinte: Marcelo Leite Barbosa havia publicado, em maio de 1968, um texto que foi chamado de manifesto industrial e militar, que analisa a situação política e econômica nacional. Esse documento afirmava que a Igreja estava amotinada e pressionando, que os estudantes estavam amotinados, fazendo passeatas, que era necessário que o Exército se juntasse aos empresários para colocar ordem naquele caos e suspender a eleição direta para presidente. No fundo, o que eles estavam pedindo era o AI-5. Eu me manifestei contra essas posições e denunciei que o que eles queriam era a fundação de um novo Ipes e me retirei da reunião.

MA – Era visível então, uma articulação de setores do empresariado contra o governo João Goulart. O senhor, enquanto referência empresarial em seu governo, era ouvido pelo presidente?

FG – Em 23 de janeiro de 1964, eu estive em Petrópolis para a assinatura da regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, que havia sido feita no começo do governo Jango. Essa lei, como se sabe, já havia sido apresentada no Congresso e lá aprovada, mas Jango sofreu muitas pressões para vetá-la na ocasião e acabou por não assinalá-la, na medida em que poderia pôr em risco o já precário equilíbrio de forças do seu governo. Esse breve relato dá a medida da conjugação de forças e atritos nos bastidores da política. Eu fui à cerimônia acompanhado de Dílson Funaro, meu cunhado, e aproveitei para conversar com o presidente. Nessa ocasião, alertei o João Goulart contra a atuação de alguns empresários que estavam próximos a ele e se aproveitavam dessa relação para se fortalecerem politicamente: “Olha, presidente, o senhor precisa rever suas alianças, porque, lá em São Paulo, parte do empresariado que o senhor apóia está dando dinheiro para derrubar o seu governo”. O próprio Reis Costa, vice-presidente de honra da Federação das Indústrias e secretário

rio do Planejamento de Adhemar de Barros, reunia-se em sua própria casa com alguns empresários e tramavam a queda de Goulart, buscando levantar parte dos recursos para essa empreitada.

MA – E qual foi a reação do presidente João Goulart?

FG – Ele respondeu: “Olha aqui, Gasparian, deixa eu dizer uma coisa: política a gente não pode fazer só com ideologia, tem que pensar em amizades e interesses. Se eu penso uma coisa e ele não pensa igual a mim, isso, portanto não vai dar certo? É como o general Amaury Krueel, ele é um ‘gorila’, mas ele é padrinho do meu filho, meu compadre, é meu amigo. Com ele posso contar”. Mas isso não veio a acontecer, porque foi decisivo o envolvimento do 2º Exército sob o comando do marechal Krueel na deposição de Goulart.

MA – Mas o senhor não questionou a posição do presidente?

FG – Claro, mas não adiantou. Eu até disse: “Acho que o senhor não está informado. O pessoal está se juntando e dando dinheiro para comprar caminhão para a polícia militar do Adhemar de Barros /.../ Eles estão se armando e fazendo um exército, para derrubar o seu governo”.

MA – Ele tinha a dimensão da gravidade dos fatos? Era ingenuidade, confiança no seu dispositivo militar ou, fundamentalmente, incompreensão dos rumos alcançados?

FG – Não tinha. Deixa-me acrescentar outros elementos que dão bem a dimensão do presidente e de minha relação com ele. No início de 1964, Jango suspendeu as operações da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil em São Paulo e Rio Grande do Sul. Com essa atitude, o governo cortava, no momento, o crédito para a indústria, dificultando as condições para o setor, pois precisávamos trabalhar e não havia dinheiro. Em março, a situação se agravou. Foi quando Ney Galvão, ministro da Fazenda de João Goulart, ligou para mim e disse: “Olha, Gasparian, eu também estou preocupado com a situação atual. Acontece que o presidente está muito irritado com o setor industrial que vem se colocando contra ele. Reúna algumas pessoas e venham conversar comigo para depois falarmos com o Jango”. No dia seguinte, eu e alguns empresários, entre eles o Einar Kok, fomos para o Rio de Janeiro. O senador José Ermírio de Moraes, que lá se encontrava, nos acompanhou também na conversa com o ministro Ney Galvão. Veja, fui eu que falei pela indústria no dia 31 de março de 1964.

MA – O senhor poderia dar mais detalhes desse encontro?

FG – Claro. Ao nos reunirmos com o ministro, pedimos para falar com o presidente. Foi formada uma comissão, para a qual eu e mais alguns membros fomos indicados, e a reunião foi marcada para o dia seguinte, uma terça-feira. Quando chegamos na escadaria do Palácio das Laranjeiras, o clima era de tensão e havia uma certa hostilidade entre os meus companheiros, agravada pelo fato de a televisão estar presente. Alguns se manifesta-

ram: “Se é para aparecer na televisão, eu não vou. Eu vim até aqui conversar com o presidente, e agora ele vai querer fazer propaganda às nossas custas!”. Eu pedi ao Raul Ryff, que era meu amigo e o homem da imprensa de Goulart, para que retirasse o pessoal da tevê, porque alguns empresários que me acompanhavam não estavam querendo entrar na reunião. Fomos então falar com o presidente e dissemos que estávamos preocupados com a suspensão do Redesconto.

MA – Qual foi a reação do presidente Goulart ante essa comissão?

FG – Depois que eu acabei de falar, o Jango virou-se para mim e disse: “Olha aqui, eu nunca fui contra a indústria. Desde que me tornei presidente, eu jamais escolhi um ministro da Fazenda que não fosse ligado às classes produtoras – o Walter Moreira Sales e o Inocêncio Calmon eram banqueiros, Carvalho Pinto, Ney Galvão... Eu nunca fiz ‘política’ na área econômica, sempre dei o maior apoio para as indústrias, para melhorar o país, mesmo agora”. Em seguida, quando já estávamos saindo de sua sala, ele pôs a mão em minhas costas e falou: “Mas que estranho: até você, Gasparian, está assustado?”. Isso foi um dia antes do golpe. À noite, eu e o Rubens Paiva tentamos entrar no Palácio, mas não nos deixaram. Podemos dizer que ele estava meio preso. Quando Jango saiu, foi para Brasília, e de lá para o exterior.

MA – Ele tinha a dimensão da gravidade da situação? Em depoimentos, Leonel Brizola insiste na possibilidade objetiva, naquela época, de uma resistência armada. Qual a sua avaliação?

FG – Não tinha a dimensão da gravidade. Quanto à reação, somente o Sul apresentava condições.

MA – E, após o golpe, houve imediata intervenção no Sindicato das Indústrias Têxteis?

FG – Houve uma tentativa, feita pelo Adhemar de Barros, que, aliás, não poderia fazê-lo, porque era o governador de São Paulo. A intervenção, se houvesse motivo para isso, de acordo com a legislação brasileira, era uma atribuição do ministro do Trabalho, que era o Arnaldo Sussekind e que acabou por realizá-la. Posteriormente, pediu-me para que eu fosse conversar com ele no Rio de Janeiro. “Olha aqui, seu Gasparian, eu não tenho nada contra o senhor. Eu fiz a intervenção em seu Sindicato para evitar que o governador Adhemar de Barros me demitisse aqui do ministério do Trabalho. Eu conheço bem essa máquina aqui, e vai ser um horror se os militares assumirem o Ministério”. No fundo, ele fez a intervenção temendo ser demitido. Bem, eu entrei na justiça contra a intervenção do ministro Sussekind e ganhei. Assumi o Sindicato novamente, lá ficando até o fim do meu mandato, em junho de 1964.

MA – Após o golpe, o senhor foi morar no Rio de Janeiro. O senhor continuou com suas atividades industriais?

FG – Sim, continuei com minhas atividades empresariais, pois vinha fazendo investimentos na indústria têxtil do Rio de Janeiro desde o início de 1964. Passei também a participar no Sindicato Têxtil do Rio de Janeiro e fui eleito como seu representante na Confederação Nacional das Indústrias. No entanto, quando foi decretado AI-5, usaram a legislação trabalhista para cassar os meus direitos no Sindicato do Rio de Janeiro. Fui cassado pelo Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, que fez uma portaria tão fantástica que coloquei num quadro e pendurei na parede, quando me tornei deputado federal. Essa portaria me exonerava do cargo sindical patronal porque, mesmo sendo eleito e empossado, não soube me comportar de acordo com a “ordem social vigente”. Através dessa legislação foram cassados vários dirigentes sindicais dos trabalhadores, mas, do sindicato patronal, o meu caso foi o único. No entanto, é necessário considerar, ainda, que a mudança de minha residência para o Rio de Janeiro atendia, em parte, ao fato de eu ter sido alvo de um atentado em São Paulo naquele período. Numa noite, soltaram uma bomba na casa do senador José Ermírio de Moraes, na Rua Argentina, no Jardim América, quebrando todos os seus vidros; e metralharam a minha casa na Rua México, localizada a três quadras dali. Por sorte eu não me encontrava no local, pois as balas entraram no meu escritório, onde normalmente eu trabalhava.

MA – *O senhor participou da vida política no Rio de Janeiro?*

FG – Sim, participei da fundação do MDB em 1970, integrando a diretoria da parte executiva, que tinha como presidente o Nelson Carneiro. Mas, depois disso, fui embora para Inglaterra, em 1970, voltando só em 1972. Em 1982, nos pensávamos lançar o Saturnino Braga como governador, mas acabou prevalecendo a indicação do Chagas Freitas. O Brizola indicou, então, o Saturnino a governador pelo PDT, que declinou o convite e preferiu se lançar como senador por esse partido, indicando o próprio Brizola para governador do Rio de Janeiro, que ganhou a eleição com o meu apoio.

MA – *Quando o senhor entrou no setor editorial e fundou o Jornal Opinião?*

FG – Quando voltei, em 1972. Fui diretor desse semanário, de 1972 a 78. O projeto do *Opinião* foi amadurecido na Inglaterra, onde lecionei economia latino-americana na Universidade de Oxford, discutindo a situação brasileira. Quanto ao *Opinião*, foi mais uma batalha, pois nós não tínhamos quase publicidade. Uma das poucas que conseguimos foi a de livros: um anúncio da Fundação Getúlio Vargas, que publicava livros, e outro da Petrobrás que, por causa de minha posição nacionalista, acabou colocando o anúncio no jornal. Na Fundação Getúlio Vargas, quando fomos cobrar o anúncio, eles disseram: “nós não vamos pagar, porque isso é um absurdo”. Suspenderam os anúncios que iam sair e ameaçaram demitir os responsáveis pela autorização dos mesmos. Foi uma barbaridade. Eu não concordava com a demissão daquelas pessoas e disse: “Eu não recebo, mas o que saiu vocês vão ter de me ajudar a pagar”.

MA – *Como o senhor resolveu essa questão espinhosa?*

FG – Bem, eu mandei uma carta para o Luiz Simões Lopes, que era presidente da Getúlio Vargas e que tinha sido meu colega no Conselho Editorial do *Correio da Manhã*, na fase crítica desse periódico. Esse jornal havia tido um papel decisivo na queda do governo Goulart, com a publicação, na véspera do golpe, de dois artigos de fundo em sua primeira página: “Fora” e depois “Basta”. Foram artigos de muita penetração. No entanto, o jornal abandonou sua posição conservadora ao perceber que os civis não voltariam mais ao poder e acabou quebrando ao criticar o ministro Roberto Campos por sua política entreguista desenvolvida durante o governo do Castelo Branco.

MA – *Finalizando nossa entrevista, gostaria de perguntar ao senhor sobre a participação de parte do empresariado no golpe militar e sobre a tortura. O jornalista Elio Gaspari mostra, em suas obras, o enlace enviesado entre a ditadura e a burguesia brasileira, afirmando que “O grande empresariado convivera bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância” (Gaspari, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 52). O que o senhor teria a dizer dos empresários que colaboraram com o financiamento da Oban?*

FG – Quem financiava a Oban ativamente era o Henning Boilensen, que era da Fiesp. Fazia intrigas contra as posições nacionalistas e era nosso inimigo. Havia servido ao nazismo na Dinamarca e, depois, da guerra, arrumou emprego na Firestone, destacando-se pelo seu anticomunismo. Foi alto funcionário da Ultragás. Acabou sendo fuzilado pela esquerda na Al. Rocha Azevedo.

MA – *E o senhor manifestou-se publicamente contra a tortura?*

FG – Quando assassinaram o jornalista Vladimir Herzog, que trabalhou inclusive no *Opinião*, fui ao encontro dos militares que faziam a censura em nosso jornal. Procurei o senhor Romão, chefe do gabinete do diretor da Polícia Federal, dizendo que eu gostaria de falar com os responsáveis pela censura do *Opinião*. Ele então marcou uma entrevista no Centro de Informação do Exército, Ciex, que ficava no gabinete do Ministério da Guerra em Brasília. Fui recebido numa sala que possuía uma parede de espelho pela qual as pessoas poderiam observar a minha conversa com os responsáveis pela censura no jornal. Eu comecei dizendo que estava muito preocupado com os últimos acontecimentos e com a situação do meu país, afirmando que era um nacionalista. Mas ele retrucou: “Mas é verde e amarelo por fora, e vermelho por dentro”. Não me contive: “O senhor me respeite! O senhor pode ser patriota, mas não mais do que eu”.

Realizada em agosto e setembro, aprovada em dezembro de 2004.



Nota

* Doutora em História Social pelo Departamento de História do IFCH-Unicamp e professora de História Econômica no Departamento de Economia da FEA da PUC-SP. Ministra aulas no curso de especialização História, Sociedade e Cultura do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.